



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal

Nota Técnica Conjunta n.º 12/2008

**Proposta Orçamentária para 2009 da Área Temática I –
Infra-Estrutura**

Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt (SF)
Edson Martins de Moraes (CD)

Outubro/2008

Endereços na Internet: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal/> e <http://www.senado.gov.br/sf/orcamento/>
e-mail: conof@camara.gov.br



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2- PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2009 – ÁREA TEMÁTICA I - INFRA-ESTRUTURA.....	3
3 – PROGRAMAÇÕES DO PROJETO-PILOTO DE INVESTIMENTOS (PPI).....	11
4 – ASPECTOS DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO PLOA/2009.....	14



1- INTRODUÇÃO

Pelo Ofício Pres. 287/2008/CMO de 2 de setembro de 2008, o Deputado Mendes Ribeiro Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, solicita a elaboração de notas técnicas sobre os temas relevantes das diferentes áreas do Projeto de Lei Orçamentária para 2009 (PLOA/2009). Com este objetivo, reunimos aqui as diferentes observações que se fazem pertinentes quanto ao conteúdo da Área Temática I – Infra-Estrutura.

2- PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2009 – ÁREA TEMÁTICA I - INFRA-ESTRUTURA

O orçamento da Infra-Estrutura abrange as programações de trabalho relativas às unidades orçamentárias (UO's) no âmbito do Ministério de Minas e Energia (32000), do Ministério dos Transportes (39000) e do Ministério das Comunicações (41000), compreendidas nos orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento.

Nos Quadros I e II, a seguir, relacionam-se as despesas totais do Setor Infra-Estrutura, constantes das propostas orçamentárias enviadas pelo Poder Executivo para os exercícios de 2007 até 2009, inclusive, e relativas exclusivamente aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

**QUADRO I - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Despesas Totais, por Órgão e Unidade Orçamentária**

		R\$ milhões			
UO	Descrição	PLOA 2007 (A)	PLOA 2008 (B)	PLOA 2009 (C)	Var. % (C-B)/(B)
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
32101	Ministério de Minas e Energia	977,5	1.056,9	1.367,2	29,36%
32202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM	202,1	755,0	1.181,5	56,49%
32263	Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM	816,7	166,6	217,2	30,37%
32265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	3.446,6	3.088,7	5.006,9	62,10%
32266	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	414,9	365,2	406,6	11,34%
32314	Empresa de Pesquisa Energética – EPE	0,0	0,0	117,8	n/a
Totais do Ministério de Minas e Energia		5.857,8	5.432,4	8297,2	52,74 %

**QUADRO I - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Despesas Totais, por Órgão e Unidade Orçamentária**

		R\$ milhões			
UO	Descrição	PLOA 2007 (A)	PLOA 2008 (B)	PLOA 2009 (C)	Var. % (C-B)/(B)
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES					
39101	Ministério dos Transportes	2.203,3	2.251,0	2.213,2	-1,68%
39202	Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE (em liquidação)	0,8	0,0	0,0	n/a
39207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	15,4	77,6	1.848,0	2281,44%
39250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	137,1	132,2	160,8	21,63%
39251	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	45,7	58,6	57,8	-1,37%
39252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	6.287,8	8.809,7	8.293,5	-5,86%
39901	Fundo da Marinha Mercante - FMM	150,3	169,4	185,6	9,56%
Totais do Ministério dos Transportes		8.840,4	11.498,5	12.758,90	10,96%
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES					
41101	Ministério das Comunicações	906,5	914,4	983,8	7,59%
41231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	2.275,4	2.324,1	3.802,9	63,62%
41902	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	870,6	644,0	1.155,9	79,49%
41903	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	262,0	270,8	315,6	16,54%
Totais do Ministério das Comunicações		4.314,5	4.153,3	6.258,20	50,68%
TOTAIS INFRA-ESTRUTURA		19.012,7	21.084,2	27.314,30	29,55%

Fonte: Propostas orçamentárias para 2007, 2008 e 2009. Sistema SIGA Brasil

**QUADRO II - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Despesas Totais, por Órgão e Unidade Orçamentária**

		R\$ milhões				
UO	Descrição	PLOA 2007	2007 Liquidado	PLOA 2008	2008 Autorizado	PLOA 2009
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA						
32101	Ministério de Minas e Energia	977,5	209,1	1.056,9	1.089,3	1.367,2
32202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	202,1	208,6	755,0	860,1	1.181,5
32263	Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	816,7	122,2	166,6	173,5	217,2
32265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	3.446,6	281,8	3.088,7	3.567,4	5.006,9
32266	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	414,9	125,6	365,2	365,2	406,6
32314	Empresa de Pesquisa Energética – EPE	0,0	0,0	0,0	63,8	117,8
Totais do Ministério de Minas e Energia		5.857,8	947,3	5.432,4	6.119,3	8297,2
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES						
39101	Ministério dos Transportes	2.203,3	2.201,5	2.251,0	2.314,8	2.213,2
39202	Companhia de Navegação do São Francisco - FRANAVE	0,8	0,4	0,0	0,0	0,0
39207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	15,4	1.301,3	77,6	638,9	1.848,0

**QUADRO II - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Despesas Totais, por Órgão e Unidade Orçamentária**

		R\$ milhões				
UO	Descrição	PLOA 2007	2007 Liquidado	PLOA 2008	2008 Autorizado	PLOA 2009
39250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	137,1	122,9	132,2	586,5	160,8
39251	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	45,7	45,5	58,6	51,7	57,8
39252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT	6.287,8	8.844,5	8.809,7	9.629,5	8.293,5
39901	Fundo da Marinha Mercante – FMM	150,3	134,3	169,4	174,2	185,6
Totais do Ministério dos Transportes		7.329,0	12.650,3	11.498,5	13.395,6	12.758,90
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES						
41101	Ministério das Comunicações	906,5	1.175,2	914,4	914,4	983,8
41231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	2.275,4	262,9	2.324,1	2.842,5	3.802,9
41902	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	870,6	0,8	644,0	919,9	1.155,9
41903	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	262,0	137,5	270,8	270,8	315,6
Totais do Ministério das Comunicações		3.842,6	1.576,3	4.153,3	4.947,6	6.258,20
TOTAIS INFRA-ESTRUTURA		19.012,7	15.174,0	21.084,2	24.462,5	27.314,30

Fonte: Propostas orçamentárias para 2006, 2007 e 2008. SIGA Brasil.

Obs: Valores liquidados e autorizados atualizados em 10/9/2008. "Autorizado" corresponde aos valores do PLOA 2008, acrescidos das alterações realizadas mediante créditos adicionais.

A UO 32314 – Empresa de Pesquisa Energética foi incluída no Orçamento Fiscal e da Seguridade durante a tramitação parlamentar do PLOA/2008 (não consta, portanto, dos valores do mencionado Projeto de Lei).

Do Quadro I, depreende-se que o Ministério de Minas e Energia e o Ministério das Comunicações tiveram um acréscimo considerável de mais de cinquenta por cento de seus valores programados em relação ao PLOA do exercício anterior, concentrados nas Agências reguladoras (ANP e ANATEL) e no serviço geológico (CPRM).

Já o Ministério dos Transportes teve aumento mais discreto de cerca de onze por cento, embora a unidade VALEC tenha elevado sua despesa prevista em mais de dois mil por cento, reflexo da aceleração das obras na construção da Ferrovia Norte-Sul. Não há previsão orçamentária para a FRANAVE, empresa em processo de liquidação, na unidade orçamentária 39202. Entretanto, há uma previsão de R\$ 4,4 milhões para a ação "Cumprimento de obrigações decorrentes da Dissolução/Liquidação da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE", na unidade orçamentária Ministério dos Transportes (39101). Destaca-se ainda a ligeira redução (cinco por cento) do orçamento da Unidade Orçamentária DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, o maior valor individual do Orçamento Fiscal da área de transportes.

O Quadro III, abaixo, demonstra a evolução dos gastos programados nas propostas orçamentárias da Infra-Estrutura para 2007, 2008 e 2009, classificados por Grupo de Natureza da Despesa (GND), exclusivamente para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

**QUADRO III – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Despesas Totais, por Órgão e GND**

R\$ milhões

Órgão	GND	PLOA 2007	PLOA 2008	PLOA 2009	
32000 - Ministério de Minas e Energia	1	357,2	385,8	521,1	
	2	0,2	0,1	0,9	
	3	582,1	645,3	887,5	
	4	41,4	47,1	64,9	
	5	0,0	0,0	0,0	
	6	0,6	0,02	2,1	
	9	3.032,1	4.779,5	6.821,0	
	Total do Órgão		5.857,8	5.432,4	8297,2
	39000 - Ministério dos Transportes	1	2.031,7	2.049,1	2.165,9
2		148,5	64,7	0,0	
3		824,3	1.046,3	1.284,8	
4		5.249,1	8.180,4	9.308,0	
5		256,6	0,5	0,4	
6		314,3	157,6	0,0	
9		15,9	0,0	0,0	
Total do Órgão			8.840,4	11.498,5	12.758,90
41000 - Ministério das Comunicações		1	856,0	890,5	871,0
	2	0,0	0,0	0,0	
	3	423,3	438,2	485,1	
	4	84,6	46,9	82,8	
	5	0,0	8,0	7,0	
	6	0,0	0,0	0,0	
	9	2.950,6	2.769,7	4.812,6	
	Total do Órgão		4.314,5	4.153,3	6.258,20

Fonte: Propostas orçamentárias para 2006, 2007 e 2008. SIGA Brasil.

Ressalte-se que, na proposta orçamentária do Ministério dos Transportes, não existe aumento significativo em Investimentos (ao contrário do ano anterior, em que o PLOA contava com mais 55,8% dessa natureza frente ao PLOA/2007), tendo as demais rubricas aumentos discretos inferiores a dez por cento. Não mais se orçam nesse órgão despesas relativas a juros e encargos da dívida. O Ministério das Comunicações apresenta um aumento do investimento orçado de quase cinquenta por cento, que no entanto pouco ressalta pelo seu pequeno valor absoluto. Por outro lado, verifica-se uma forte elevação da reserva de contingência alocada a esse órgão. Já o Ministério das Minas e Energia registra uma expansão grande de seu orçamento, distribuída por uma elevação de mais de vinte por cento em pessoal e em despesas correntes, além da reserva de contingência, que cresceu nesta mesma proporção.

Os Quadros IV e V, a seguir, demonstram a evolução das despesas totais das empresas estatais federais constantes do Orçamento de Investimento da Infra-Estrutura, de 2007 a 2009.

**QUADRO IV - Orçamento de Investimento das Estatais Federais
Despesas Totais, por Órgão e Unidade Orçamentária**

UO	Descrição	R\$ milhões			
		PLOA 2007 (A)	PLOA 2008 (B)	PLOA 2009 (C)	Var. % (C-B)/(B)
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
32201	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	16,2	30,2	19,9	-34,1 %
32204	Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	504,5	807,4	1.117,9	38,4 %
32223	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	78,7	64,0	131,1	104,8 %
32224	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	925,1	575,0	600,0	4,3 %
32225	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	491,3	440,5	526,3	19,4 %
32226	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	854,0	962,7	1.000,2	3,9 %
32228	FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	1.200,0	1.142,6	1.600,1	40,0 %
32230	Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	28.199,9	36.885,7	44.035,3	19,3 %
32232	Braspetro Oil Services Company - BRASOIL	0,0	93,2	48,3	-48,1 %
32239	Petrobrás Distribuidora S.A. - BR	793,9	572,3	507,6	-11,3 %
32240	Petrobrás Gás S.A. - GASPETRO	0,4	0,0	0,0	n/a
32242	Petrobrás Química S.A. - PETROQUISA	1,1	0,2	0,1	-50,0 %
32267	Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	62,0	65,2	0,0	-100,0 %
32268	Companhia Energética de Alagoas - CEAL	97,5	96,1	131,9	37,2 %
32269	Companhia Energética do Piauí - CEPISA	190,0	398,5	227,2	-42,9 %
32270	Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	186,7	201,1	339,2	68,6 %
32271	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	186,9	237,8	249,8	5,0 %
32272	Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	27,6	12,3	261,2	2023,5 %
32273	Manaus Energia S.A.	325,5	348,3	22,4	-93,5 %
32274	Petrobrás Transporte S.A. - TRANSPETRO	465,8	678,2	683,8	0,8 %
32275	Fronape International Company - FIC	162,4	11,6	807,7	6862,9 %
32276	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	560,2	630,3	9,6	-98,4 %
32277	Companhia Energética do Amazonas - CEAM	101,0	143,0	593,9	315,31%
32278	Petrobras International Finance Company - PIFCo	2,0	3,0	2,3	-23,3 %
32280	Alberto Pasqualini - REFAP S.A.	221,2	255,3	627,4	145,7%
32282	Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	3.507,4	3.045,1	5.628,8	84,8 %
32286	Braspetro Oil Company	0,0	0,0	0,0	n/a
32287	Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	4.303,6	6.609,1	6.718,3	1,6 %
32291	PetroRio - Petroquímica do Rio de Janeiro S.A.	0,0	0,0	0,0	n/a
32306	DATAFLUX - Serviços de Telecomunicações S.A.	11,1	0,0	0,0	n/a
32307	Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. - TNS	778,9	1.643,9	0,0	-100,0 %
32308	Transportadora Amazonense de Gás S.A. - TAG	18,3	40,3	2.949,8	7219,6 %
32312	Petroquímica Triunfo S.A. - TRIUNFO	7,3	1,5	9,3	520,0 %
32313	Transportadora Capixaba de Gás S.A. - TCG	45,0	1,0	0,0	-100,0 %
32314	Empresa de Pesquisa Energética - EPE	2,0	2,0	0,0	-100,0 %
32316	Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	89,5	118,9	91,6	-22,9 %
32317	SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	46,9	1,0	3,8	280,0 %
32318	Termorio S.A.	121,4	5,0	11,1	122,0 %
32319	Fafen Energia S.A.	1,8	1,5	11,5	666,6 %
32320	Termo Ceará Ltda.	49,6	0,3	10,2	3300,0 %

**QUADRO IV - Orçamento de Investimento das Estatais Federais
Despesas Totais, por Órgão e Unidade Orçamentária**

		R\$ milhões			
UO	Descrição	PLOA 2007 (A)	PLOA 2008 (B)	PLOA 2009 (C)	Var. % (C-B)/(B)
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
32322	Termomacaé Ltda.	0,0	0,0	1,9	n/a
32330	Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST	0,0	0,0	4.269,4	n/a
32333	Ipiranga Asfaltos S.A.	0,0	0,0	1,1	n/a
32334	Petrobras Biocombustível S.A.	0,0	0,0	130,6	n/a
Totais do Ministério de Minas e Energia		44.636,7	56.124,3	73.380,3	30,7%
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES					
39210	Companhia Docas do Ceará - CDC	8,6	0,0	0,0	n/a
39211	Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	15,2	0,0	0,0	n/a
39212	Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA	10,8	0,0	0,0	n/a
39213	Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	116,8	0,0	0,0	n/a
39214	Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR	0,4	0,3	0,04	-87,0%
39215	Companhia Docas do Pará - CDP	21,7	0,0	0,0	n/a
39216	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	96,1	0,0	0,0	n/a
39217	Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	18,7	0,0	0,0	n/a
Totais do Ministério dos Transportes		288,3	0,3	0,0	-87,0%
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES					
41201	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	637,9	700,0	770,0	10,0%
Totais do Ministério das Comunicações		637,9	700,0	770,0	10,0%
TOTAIS INFRA-ESTRUTURA		45.562,9	56.824,6	74.150,4	30,5%

Fonte: Propostas orçamentárias para 2006, 2007 e 2008. Sistema SIGA Brasil

OBS: As UOs 39214 - CODOMAR e 32264 - Light Participações S.A. tiveram investimentos orçados em menos de R\$ 100.000,00 não constando individualmente da tabela

As despesas totais do Orçamento de Investimento das estatais federais da Infra-Estrutura tiveram um acréscimo considerável, de 30,5%, em relação ao PLOA/2008. Esta proporção deve-se basicamente às empresas do Ministério de Minas e Energia. Acrescendo à dinâmica intensa de criação e transformação de pequenas subsidiárias, destacam-se o aumento de 84 % da Petrobras Netherlands B.V. - PNBV (denotando aumento do investimento da Petrobras em controladas e coligadas no exterior), a duplicação do investimento na Refinaria Alberto Pasqualini, o início do investimento de mais de quatro bilhões na Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco e uma expansão considerável do investimento em gasodutos da Transportadora Amazonense de Gás. Quanto ao investimento da maior unidade produtiva, a Petrobras, revela um aumento de 19 %, chegando ao montante de 44 bilhões.

**QUADRO V – Infra-Estrutura - Orçamento de Investimento das Estatais Federais
 Despesas Totais, por Órgão e Unidade Orçamentária**

R\$ milhões

UO	Descrição	PLOA 2007	Realizado 2007	PLOA 2008	Realizado 2008 (até 30/06)	PLOA 2009
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA						
32201	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	16,2	18,0	30,2	4,3	19,9
32204	Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	504,5	307,5	807,4	113,8	1.117,9
32223	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	78,7	8,1	64,0	7,6	131,1
32224	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE	925,1	569,3	575,0	188,6	600,0
32225	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	491,3	298,4	440,5	174,1	526,3
32226	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF	854,0	524,6	962,7	249,0	1.000,2
32228	FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	1.200,0	822,5	1.142,6	462,1	1.600,1
32230	Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	28.199,9	22.310,5	36.885,7	12.941,7	44.035,3
32232	Braspetro Oil Services Company - BRASOIL	0,0	104,7	93,2	0,8	48,3
32239	Petrobrás Distribuidora S.A. - BR	793,9	401,1	572,3	150,7	507,6
32240	Petrobrás Gás S.A. - GASPETRO	0,4	161,6	0,0	0,0	0,0
32242	Petrobrás Química S.A. - PETROQUISA	1,1	151,2	0,2	0,00	0,1
32267	Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	62,0	67,1	65,2	22,0	0,0
32268	Companhia Energética de Alagoas - CEAL	97,5	88,9	96,1	26,9	131,9
32269	Companhia Energética do Piauí - CEPISA	190,0	70,4	398,5	36,5	227,2
32270	Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	186,7	63,3	201,1	29,2	339,2
32271	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	186,9	135,5	237,8	57,8	249,8
32272	Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	27,6	9,8	12,3	2,5	261,2
32273	Manaus Energia S.A.	325,5	59,5	348,3	23,8	22,4
32274	Petrobrás Transporte S.A. - TRANSPETRO	465,8	366,8	678,2	85,9	683,8
32275	Fronape International Company - FIC	162,4	0,0	11,6	4,9	807,7
32276	Companhia de Geração Térmica de energia Elétrica - CGTEE	560,2	142,7	630,3	105,9	9,6
32277	Companhia Energética do Amazonas – CEAM	101,0	54,2	143,0	4,0	593,9
32278	Petrobras International Finance Company - PIFCo	2,0	1,2	3,0	1,1	2,3
32280	Alberto Pasqualini - REFAP S.A.	221,2	263,0	255,3	58,3	627,4
32282	Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	3.507,4	3.806,3	3.045,1	2.045,0	5.628,8
32286	Braspetro Oil Company	0,0		0,0	0,0	0,0
32287	Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	4.303,6	6.743,0	6.609,1	2.561,5	6.718,3
32291	PetroRio - Petroquímica do Rio de Janeiro S.A.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32306	DATAFLUX - Serviços de Telecomunicações S.A.	11,1	3,6	0,0	1,9	0,0
32307	Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. - TNS	778,9	186,4	1.643,9	17,8	0,0
32308	Transportadora Amazonense de Gás S.A. - TAG	18,3	7,0	40,3	1,4	2.949,8
32312	Petroquímica Triunfo S.A. - TRIUNFO	7,3	4,4	1,5	5,2	9,3

**QUADRO V – Infra-Estrutura - Orçamento de Investimento das Estatais Federais
 Despesas Totais, por Órgão e Unidade Orçamentária**

R\$ milhões

UO	Descrição	PLOA 2007	Realizado 2007	PLOA 2008	Realizado 2008 (até 30/06)	PLOA 2009
32313	Transportadora Capixaba de Gás S.A. - TCG	45,0	66,7	1,0	0,7	0,0
32314	Empresa de Pesquisa Energética - EPE	2,0	1,5	2,0	0,5	0,0
32316	Liquigás Distribuidora S.A. – LIQUIGÁS	89,5	132,7	118,9	26,0	91,6
32317	SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	46,9	0,2	1,0	0,0	3,8
32318	Termorio S.A.	121,4	30,6	5,0	8,4	11,1
32319	Fafen Energia S.A.	1,8	0,0	1,5	0,0	11,5
32320	Termoceará Ltda.	49,6	0,2	0,3	0,0	10,2
32322	Termomacaé Ltda.	0,0		0,0	0,0	1,9
32330	Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST	0,0		0,0	0,0	4.269,4
32333	Ipiranga Asfaltos S.A.	0,0		0,0	0,0	1,1
32334	Petrobras Biocombustível S.A.	0,0		0,0	0,0	130,6
Totais do Ministério de Minas e Energia		44.636,7	31109,6	56.124,3	19.415,6	73.380,3
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES						
39210	Companhia Docas do Ceará - CDC	8,6	4,3	0,0	0,0	0,0
39211	Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	15,2	7,3	0,0	0,0	0,0
39212	Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA	10,8	25,9	0,0	0,0	0,0
39213	Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	116,8	20,5	0,0	0,0	0,0
39214	Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR	0,4	0,0	0,3	0,3	0,04
39215	Companhia Docas do Pará - CDP	21,7	1,4	0,0	0,0	0,0
39216	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	96,1	20,6	0,0	0,0	0,0
39217	Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	18,7	25,4	0,0	0,0	0,0
Totais do Ministério dos Transportes		288,3	105,4	0,3	0,3	0,04
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES						
41201	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	637,9	206,9	700,0	52,6	770,0
Totais do Ministério das Comunicações		637,9	206,9	700,0	52,6	770,0
TOTAIS INFRA-ESTRUTURA		45.562,9	31.421,9	56.824,6	19.468,5	74.150,4

Fontes: Propostas orçamentárias para 2006, 2007 e 2008. Sistema SIGA Brasil. Port. DEST Nº 2, de 30 de janeiro de 2008. Orçamento de Investimento 2007 - Relatório de Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre. Port. DEST Nº 14, de 30 de julho de 2008. Orçamento de Investimento 2008. Relatório de Execução Orçamentária referente ao 3º bimestre.

OBS: As UOs 39214 – CODOMAR e 32319 - Fafen Energia S.A. tiveram em 2007 e 2008 investimentos realizados inferiores a R\$ 100.000,00, não constando portanto isoladamente da tabela. Todas as UOs do Ministério dos Transportes, à exceção da UO 39214 – CODOMAR, foram transferidas para outra área temática já no orçamento para 2008 em virtude de sua vinculação à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.

Confirma-se, a exemplo do que tem sido constatado nos últimos anos, que as estatais ao abrigo da programação do Ministério de Minas e Energia têm um peso significativo na composição do Orçamento de Investimento da Infra-Estrutura, representando mais de 99% do volume total de recursos previstos no PLOA/2009.

De todas as suas unidades orçamentárias, destaca-se a PETROBRÁS, com seus R\$ 44 milhões previstos, equivalentes a 59,3% do total desse Ministério. Se somados os demais investimentos de vulto do conglomerado (operações no exterior por meio da BRASPETRO, controladas no exterior por meio da Petrobras Netherlands BV, expansão de gasodutos da Transportadora Amazonense de Gás e implantação da Refinaria Abreu e Lima), verificamos ser este grupo de controladas e coligadas o componente principal do orçamento de Investimento federal em infra-estrutura

3 – PROGRAMAÇÕES DO PROJETO-PILOTO DE INVESTIMENTOS (PPI)

O Projeto Piloto de Investimentos Públicos – PPI, instituído pelo Governo Federal em 2005, teve o propósito de estabelecer uma agenda de investimentos públicos em infra-estrutura - reprimidos nos últimos anos pelo persistente estabelecimento de metas de superávit primário - como forma de possibilitar a obtenção de maiores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB. A sua previsão para o orçamento de 2009 tem amparo no art. 3º da Lei n.º 11.768, de 14 de agosto de 2008 (LDO/2009), inclusive quanto ao valor total dos projetos.

Para 2008, o PPI relacionou 470 projetos, com recursos correspondentes a R\$ 13 bilhões. O valor para 2009 ascendeu a R\$ 15,5 bilhões, não obstante a redução do número de projetos para 441. A distribuição dos valores aplicados no PPI entre as grandes áreas temáticas do orçamento está descrita no Quadro VI abaixo:

QUADRO VI - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DO PPI POR ÁREA TEMÁTICA

ÁREA TEMÁTICA	PLOA/2008		PLOA/2009	
	Valor dos projetos	% s/total	Valor dos projetos	% s/total
01 - INFRA-ESTRUTURA	8.025.070.000	58,05	8.964.650.000	57,59
03 - INTEGRAÇÃO NACIONAL E MEIO AMBIENTE	2.822.500.000	20,42	3.095.000.000	19,88
05 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO	1.392.430.000	10,07	3.507.350.000	22,53
07 – JUSTIÇA E DEFESA	985.000.000	7,12	0	0
08 - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO	600.000.000	4,34	0	0
TOTAL:	13.825.000.000		15.567.000.000	

Fonte: Propostas orçamentárias para 2008 e 2009 - Sistema SIGA Brasil

Observa-se, portanto, uma maior concentração nas áreas tradicionais de investimento físico (infra-estrutura de transporte e energia, irrigação, habitação, urbanismo e saneamento básico), além de um considerável aumento do valor médio dos projetos.

O seguinte Quadro VII mostra a tendência de execução dos investimentos ao abrigo do PPI nos exercícios anteriores. Como se vê, a execução no exercício completo de 2007 alcança 95 % do valor autorizado (dotação da Lei Orçamentária Anual mais créditos adicionais), valor bastante superior ao das demais despesas discricionárias e apenas comparável ao grau de execução orçamentária das despesas obrigatórias.

Nesse sentido, vale frisar que a LDO/2009, no art. 72, IV, exige as despesas do PPI da possibilidade de terem limitados seu empenho ou movimentação financeira.

QUADRO VII - GRAU DE EXECUÇÃO DO PPI

	2007				2008 (até 15/9/08)			
	PL	AUT	LIQ	LIQ/ AUT (%)	PL	AUT	LIQ	LIQ/ AUT (%)
Despesa Financeira	963.730,3	968.895,4	649.125,3	67,00	720.944,3	835.725,4	435.144,1	52,0
Despesa Primária Obrigatória	490.294,7	501.483,3	495.579,9	98,82	545.106,5	567.152,2	357.197,8	62,9
Despesa Primária Discricionária	52.925,5	84.333,4	70.059,6	83,07	72.661,5	80.146,4	21.804,2	27,2
Despesa Primária Discricionária do PPI	4.590,0	9.429,1	8.990,5	95,35	13.825,0	14.230,7	1.150,4	8,08
TOTAL:	1.511.540,6	1.564.141,2	1.223.797,8	78,24	1.352.537,4	1.497.254,9	815.296,6	54,45
<i>Valores em R\$ milhões</i>								
<i>Fonte: Execução orçamentária para 2007 e 2008 - Sistema SIGA Brasil</i>								
<i>OBS: PL = Valor constante do PLOA do exercício respectivo</i>								
<i>Aut = Valor constante do PLOA do exercício respectivo, acrescido das alterações promovidas por créditos adicionais e extraordinários</i>								
<i>Liq = Valor liquidado no exercício respectivo</i>								

No que concerne à regionalização, cerca de 83 % dos recursos previstos no PPI 2009 têm a indicação “regional” de aplicação (Região ou UF específica), enquanto 17 % têm distribuição “Nacional” (um aumento de dois por cento em relação a 2008). Destaca-se um aumento expressivo em relação a 2008 das dotações destinadas genericamente a Regiões, em detrimento da regionalização por Estados. Os três Estados mais bem atendidos pelos projetos com regionalização individualizada são Bahia (com R\$ 950 milhões), Rio de Janeiro (com R\$ 794 milhões) e Rio Grande do Sul (com R\$ 782 milhões). Os dados desagregados da distribuição regional do investimento constam do Quadro VIII abaixo, que evidencia o crescimento global do valor do PPI (cerca de 12 %) e o grande acréscimo percentual em alguns Estados, como Rondônia, Roraima e Goiás, enquanto outros, como Santa Catarina, Minas Gerais, o Distrito Federal e a Paraíba, têm sua dotação individual reduzida em maior proporção.

QUADRO VIII - REGIONALIZAÇÃO DO PPI

UF	PLOA/2008		PLOA/2009		Crescimento percentual (2008/2009)
	Valor	% s/total	Valor	% s/total	
AC	182.160.234	1,32	274.059.170	1,76	50,45%
AL	265.451.449	1,92	353.813.822	2,27	33,29%
AM	270.669.280	1,96	262.080.000	1,68	-3,17%
AP	155.853.353	1,13	113.975.450	0,73	-26,87%
BA	829.388.313	6,00	950.111.026	6,10	14,56%
CE	551.777.925	3,99	530.771.482	3,41	-3,81%
CO	0	0	10.209.956	0,07	n/a
DF	30.131.800	0,22	19.525.000	0,13	-35,20%
ES	160.692.603	1,16	103.952.878	0,67	-35,31%
GO	399.475.069	2,89	739.138.896	4,75	85,03%
MA	256.142.790	1,85	296.897.560	1,91	15,91%
MG	1.442.869.726	10,44	898.393.465	5,77	-37,74%
MS	174.454.897	1,26	153.989.830	0,99	-11,73%
MT	483.120.981	3,49	566.926.562	3,64	17,35%
NA	2.131.828.573	15,42	2.684.087.320	17,24	25,91%
NE	1.037.980.000	7,51	1.726.977.723	11,09	66,38%
NO	0	0	59.161.018	0,38	n/a
PA	778.600.463	5,63	664.645.311	4,27	-14,64%
PB	279.553.588	2,02	180.140.194	1,16	-35,56%
PE	595.075.626	4,30	604.799.511	3,89	1,63%
PI	164.622.508	1,19	286.918.189	1,84	74,29%
PR	139.682.028	1,01	190.144.414	1,22	36,13%
RJ	503.947.362	3,65	794.816.955	5,11	57,72%
RN	171.145.361	1,24	157.170.104	1,01	-8,17%
RO	121.878.740	0,88	249.200.079	1,60	104,47%
RR	56.000.000	0,41	102.537.849	0,66	83,10%
RS	818.570.871	5,92	782.298.948	5,03	-4,43%
SC	906.363.858	6,56	418.645.070	2,69	-53,81%
SD	0	0	317.756.494	2,04	n/a
SE	198.810.624	1,44	197.559.720	1,27	-0,63%
SL	0	0	47.249.404	0,30	n/a
SP	535.205.978	3,87	691.922.015	4,44	29,28%
TO	183.546.000	1,33	137.124.585	0,88	-25,29%
Total:	13.825.000.000		15.567.000.000		12,60%
<i>Fonte: Propostas orçamentárias para 2008 e 2009 - Sistema SIGA</i>					

4 – ASPECTOS DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO PLOA/2009

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, estabelecido pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, previu investimentos de R\$ 503,9 bilhões nos exercícios de 2007 a 2010, envolvendo recursos públicos e privados, para aplicação em ações de logística, energia e infra-estrutura social.

No Quadro IX abaixo, temos a estimativa do grau de execução dos projetos do PAC nos exercícios anteriores. Como se vê, a execução no exercício completo de 2007 alcança 91,11 % do valor autorizado (dotação da Lei Orçamentária Anual mais créditos adicionais), valor bastante superior àquele médio das demais despesas não incluídas no PAC (que somente chega a 78 %).

QUADRO IX - GRAU DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS DO PAC

	2007				2008 (até 15/9/08)			
	PL	AUT	LIQ	LIQ/ AUT (%)	PL	AUT	LIQ	LIQ/ AUT (%)
PROGRAMAÇÕES QUE NÃO PERTENCEM AO PAC	1.504.829,6	1.547.545,0	1.208.677,6	78,10	1.334.553,3	1.479.274,1	813.604,8	55,00
PROGRAMAÇÕES SELECIONADAS – PERTENCEM AO PAC	6.710,90	16.596,10	15.120,10	91,11	17.984,10	17.980,70	1.691,00	9,40
TOTAL:	1.511.540,50	1.564.141,10	1.223.797,70	78,24	1.352.537,40	1.497.254,80	815.295,80	54,45

Valores em R\$ milhões

Fonte: Execução orçamentária para 2007 e 2008 - Sistema SIGA Brasil

OBS: PL = Valor constante do PLOA do exercício respectivo

Aut = Valor constante do PLOA do exercício respectivo, acrescido das alterações promovidas por créditos adicionais e extraordinários

Liq = Valor liquidado no exercício respectivo

Programações pertencentes ao PAC = Subtítulos com indicador “Programas Seleccionados” no SIAFI com valor 1 ou 2.

A Exposição de Motivos que encaminha ao Congresso Nacional¹ a proposta de orçamento para 2009 oferece algumas informações parciais sobre os investimentos previstos nos orçamentos fiscal e da seguridade social dentro do PAC, sendo R\$ 10,4 bilhões no setor de transportes, R\$ 3,1 bilhões em “infra-estrutura hídrica”, R\$ 46,0 milhões em energia (basicamente, desenvolvimento de energias alternativas) e de R\$ 7,7 bilhões, para habitação, saneamento ambiental e

¹ Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Orçamentos da União exercício financeiro 2009 :projeto de lei orçamentária (Mensagem Presidencial – vol. 1): MP, SOF, 2008. pp. 60-61

mobilidade urbana. No âmbito do Orçamento de Investimento das empresas estatais, anunciam-se gastos de R\$ 47,2 bilhões. Entretanto, estes valores não puderam ser validados ou conferidos, vez que a base de dados encaminhada juntamente com a proposta não registra as ações correspondentes ao PAC.

Este ponto põe de relevo um dos principais problemas para a deliberação e o acompanhamento parlamentares desse que é um dos itens mais importantes da política econômica e orçamentária do Governo Federal. Até o momento, porém, a disponibilidade de informações atualizadas sobre as ações incluídas nesse programa continua a ser precária. Dispõe-se hoje apenas de uma marcação no sistema SIAFI (portanto, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social) que indica se o Executivo contabiliza uma determinada ação como integrante do PAC². Desta forma, o Congresso Nacional delibera sobre a alocação de recursos aos projetos do PAC sem sequer conhecer com precisão quais são estes. Além disso, a informação de marcação no sistema apenas permite visualizar o montante total da despesa autorizada e executada naquela dotação, nada informando acerca do andamento físico da obra e eventuais problemas. Quanto às despesas das empresas estatais e de eventuais parcerias privadas, também previstas no PAC, não há qualquer repositório oficial aberto de informação. O portal que o Executivo mantém para informação relativa ao PAC (www.pac.gov.br, para o qual redirecionam o usuário todos os demais portais governamentais) não dispõe senão de apresentações gráficas (*PowerPoint*) contendo algumas informações pontuais sobre projetos selecionados, além dos relatórios mencionados no parágrafo seguinte.

A divulgação que faz o Governo Federal do PAC dá a entender que tais informações gerenciais detalhadas e sistematizadas existem: os relatórios publicados pelo Comitê Gestor do PAC³ trazem informações resumidas sobre o andamento de algumas obras selecionadas, que fazem presumir que exista um levantamento ordenado dessas mesmas informações disponível ao gestor federal. Não obstante, não existe na data de elaboração desta Nota qualquer referência a uma base de dados que contenha e organize a informação necessária à gestão e ao controle e que esteja acessível à consulta direta por parte do Legislativo.

Desta forma, o Congresso Nacional hoje não dispõe, para o cumprimento de sua missão fiscalizadora da execução do orçamento federal, de acesso a nenhuma base de dados que contenha de forma sistematizada a informação sobre a execução e gestão dos projetos do PAC, o que limita fortemente a capacidade de controle e intervenção parlamentar sobre o andamento e a qualidade desse relevante item do gasto público.

Registre-se que a Lei n.º 11.578, de 26 de novembro de 2007, decorrente da aprovação pelo Congresso da Medida Provisória n.º 387/2007, confere caráter de obrigatoriedade às transferências a estados e municípios referentes a ações vinculadas ao PAC. A MP atribui ao Comitê Gestor do PAC, cujos membros são titulares de órgãos técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a indicação de ações a serem executadas por meio da transferência obrigatória. Com a edição das novas regras, ficaram flexibilizadas as restrições

² Esta informação, acrescenta-se, somente ocorre durante o exercício no sistema SIAFI, não constando da base de dados recebida junto com a proposta orçamentária.

³ Cf. Brasil. Comitê Gestor do PAC. 4º Balanço do PAC: janeiro a abril de 2008. Brasília; Imprensa Nacional, 2008.



CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal

estabelecidas no art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal para as transferências classificadas pelo Executivo como integrantes do PAC.

O PLOA/2009, ainda, autoriza no seu art. 4º, inc. XXIV, a utilização do mecanismo de créditos suplementares para remanejamento de até 30% das dotações alocadas ao PAC.

Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt
Consultor de Orçamentos do Senado Federal

Edson Martins de Moraes
Consultor de Orçamentos da Câmara dos Deputados